

## Acantonamento

# Governo protesta contra actuação do presidente da CCF

A delegação do Governo na Comissão de Cessar-Fogo (CCF) apresentou terça-feira, em Maputo, um protesto contra o "memorandum" enviado à Comissão de Supervisão e Controlo (CSC) pelo presidente da CCF, o coronel italiano Pier Giorgio Segala, relativo às discrepâncias numéricas dos efectivos militares governamentais a acantonar, considerando o documento de "tendenciosamente infiel ao conteúdo real das discussões havidas em torno da questão". O "Notícias" teve acesso ao "memorandum" em que Segala diz lamentar informar à CSC que a Comissão de Cessar-Fogo "agora esgotou as suas possibilidades de resolver a questão", posição que foi contestada pelo Executivo.

O nosso diário está em posse do protesto da delegação governamental na Comissão de Cessar-Fogo (CCF), o qual deplora o que classifica de pouco digna a atitude do coronel Segala, de reportar à Comissão de Supervisão e Controlo (CSC) em nome da Comissão de Cessar-Fogo assuntos cujo tratamento não tenha sido concluído ao nível da CCF "e nem sequer se tenha informado previamente a ela sobre as conclusões das discussões havidas entre as partes (...)".

O documento diz a dado passo que a questão relativa às discrepâncias numéricas constitui um problema real das duas partes (Governo e Renamo) e da própria Missão das Nações Unidas para Moçambique (ONUMOZ), e que a sua solução passa necessariamente por um diálogo sério na CCF para a revisão e actualização contínua e permanente dos dados dos efectivos militares.

Num outro desenvolvimento, é referido que o Executivo não tem e nunca teve qualquer intenção de esconder efectivos militares e que a melhor oportunidade

para a Renamo e a ONUMOZ provarem tal comprometimento do Governo será quando estiver concluída a desmobilização dos efectivos das duas partes signatárias dos entendimentos de Roma.

Esta matéria já havia sido remetida ao nível da Comissão de Supervisão e Controlo (CSC), tendo na altura o Governo aclarado tratar-se de uma questão aritmética e não política. Na ocasião, o Executivo explicou também que as referidas discrepâncias resultavam do facto de a Unidade Técnica da ONUMOZ ter baseado o seu trabalho "na suposição de que o Governo tinha que acantonar e registar 61 638 militares nas 29 áreas de acantonamento e registar 14 480 nos centros de tropas não acantonadas".

Segundo uma argumentação do Executivo em nosso poder, quando em 1992 o Governo apresentou o número de 61 638 como efectivo a acantonar, pretendia-se informar que neste número estavam também inclusos 13 776 homens desmobilizados em Junho de 1993. Refere também que a soma de 61 638, mais os 14 480 actualmente informados como sendo efectivos a não acantonar, perfaz um total de 76 118.

Retirando-se os 13 776 dos 76 118, desmobilizados em Junho de 1993, o restante efectivo é de 62 342. Feita a actualização pormenorizada dos efectivos das FAM, constatou-se que o efectivo actual existente é de 64 118, onde 49 638 deverão ser acantonados nas 29 áreas de acomodação, e 14 480 como sendo efectivos não acantonados, esclarece a argumentação do Governo.

Indica ainda que a diferença dos 12 000 que se alega que tenham sido escondidos não passa dos mesmos efectivos (13 776 desmobilizados em Junho de 1993), dos 61 638 inscritos para acantonar que inicialmente estavam concebidos para fazerem parte da

desmobilização geral. De acordo com as nossas fontes, estes efectivos até à sua desmobilização encontravam-se aquartelados e dependiam da logística e salários do Ministério da Defesa Nacional (MDN).

Mas, para a Renamo, tal argumentação não é convincente nem "tranquilizadora". Segundo Raul Domingos, da cúpula do movimento armado, o Governo escondeu acima de 14 000 pessoas armadas e considera tratar-se de uma matéria política e não uma questão de "falha de cálculos aritméticos"

Estamos perante um falso problema quando se pensa que só há discrepâncias de números de militares do lado do Governo. Do lado da Renamo há também discrepâncias de números. Nota que a primeira versão apresentada pela Renamo era de que iria acantonar um total de 21 000 guerrilheiros, sendo 1000 por cada uma das suas 20 áreas de acomodação e os restantes 1000 militares por não acantonar. Esta versão alterou-se para 19 140 dos quais 2 466 permaneceriam sem serem acantonados. Deste último total, foi-se descobrir que 838 pessoas eram crianças, para além de que faltam também os efectivos que estão em Marínguè, na presidência do movimento armado, no Hotel Cardoso, fora os militares que velam pela segurança dos seus dirigentes, disse o Tenente-General Osório Mateus, contactado terça-feira pelo "Notícias".

Osório Mateus, que é membro da CCF, expressou o desapontamento do Executivo pelo facto de a ONUMOZ estar apenas preocupada com os números dos efectivos governamentais e não com os dados fornecidos pela Renamo.

O "Notícias" tentou em vão auscultar a posição do Presidente da Comissão de Cessar-Fogo, o coronel Pier Giorgio Segala, mas fontes fidedignas asseguraram ao nosso diário que Segala poderá vir a reagir ao protesto apresentado pelo Governo na próxima reunião da CCF.